

A DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL EM QUESTÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA¹

ARRUDA, Lucileide Procópio de²

Universidade Estadual da Paraíba

lucileide.arruda@gmail.com

PEREIRA, José do Egito Negreiros³

Universidade Estadual da Paraíba

egito78@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo apontar os estudos que vem se desenvolvendo a cerca da diversidade sociocultural brasileira no ensino de História a partir da implantação das leis educacionais: 10.639/03 e 11.645/08, que segundo Santos (2013), a primeira lei supracitada surge para tornar obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira, enquanto que a segunda, para incluir o ensino de história indígena também como parte das obrigações das escolas da Educação Básica. Utilizando como metodologia de pesquisa a análise dos referencias teóricos que tratam da inclusão da referida temática no ensino de História. De modo a pautarmos nossos estudos sobre a corrente teórica pós-estruturalista, visando compreender as múltiplas relações de poderes desenvolvidas e advindas do contato entre a raça branca, africana, afro-descente e indígena constituintes da diversidade sociocultural brasileira, desconstruindo assim o velho estigma de que o branco era o único a exercer o poder e de submeter às raças ditas inferiores, descritas, por sua vez, como coitadinhas, vítimas da dominação. Evidenciando também as dificuldades de se ensinar história a partir destes novos

¹ Pesquisa desenvolvida na disciplina de Estágio Supervisionado III do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, sob orientação do professor Mestre José do Egito Negreiros Pereira.

² Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

³ Professor Mestre da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.



diálogos que regem as leis supracitadas anteriormente, tendo em vista a falta de preparo da população docente responsável pela educação brasileira, que foram formados em sua grande maioria em uma cultura eurocêntrica que construída desde o Brasil Império. Deste modo, os estudos da cultura afro-brasileira, africana e indígena se constituem também como uma forma de resgatar a identidade de grupos sociais que durante muito tempo foram silenciados pela história, lhes garantindo uma ancestralidade antes negada, discriminada.

PALAVRAS-CHAVE: Leis educacionais. Diversidade sociocultural. Ensino de História.

ABSTRACT:

This article aims at pointing out studies which have been developed concerning the Brazilian sociocultural diversity in History teaching from the implementation of the educational laws: 10.639/03 and 11.645/08, in which, according to Santos (2013), the first law refers to the obligatory teaching of both African and African Brazilian History, whereas the second pertains to the inclusion of Brazil Indigenous History teaching as part of curriculum in Basic Education schools. The methodological procedures for this research were the analysis of the theories which deal with the inclusion of the mentioned topic in History teaching. In order to guide our studies, we utilized the poststructuralist theoretical current, intending to comprehend the multiple power relations developed and caused by the contact among white, African, Afro-Descendant, and Indigenous races, constituents of Brazilian sociocultural diversity, deconstructing, thus, the old stigma which stated that white people were the only ones who could exercise the power and subdue the other races as inferior ones, depicted, in turn, as poor ones, and victims of domination. We also discuss the difficulties found in History teaching from these new accounts that rule the laws previously cited, considering the lack of preparation of teachers responsible for Brazilian education, which were mostly trained in a Eurocentric culture which was constructed since the Empire of Brazil. Therefore, the studies of African Brazilian, African, and Indigenous culture are also a way of recovering the identity of social groups which for so long were silenced by history, guaranteeing them an ancestry formerly denied, discriminated.

KEY-WORDS: Educational laws. Sociocultural diversity. History teaching.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apontar os estudos que vem se desenvolvendo a cerca da diversidade sociocultural brasileira no ensino de História a partir da implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que segundo Santos (2013), a primeira lei supracitada surge para tornar obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira, enquanto que a segunda, para incluir o ensino de história indígena também como parte das obrigações das escolas da Educação Básica.

Mostrando por meio destes estudos os desafios e dificuldades da inclusão destas temáticas no ensino de História, assim como também apontando o quanto se faz importante o estudo da diversidade sociocultural brasileira, tendo em vista que, a partir desta regulamentação, se incide o resgate da autoestima de milhares de crianças e adultos que nunca se viram representados pela figura elitizada branca que havia se construído como a identidade brasileira desde o Brasil Império.

De modo a trabalhar sobre um viés pós-estruturalista, elencando as relações de poderes que ocorreram de ambas as partes, isto é, entre os africanos, afrodescendentes e indígenas em contato com o branco, desconstruindo assim o velho estigma de que o branco era o único a exercer o poder e de submeter às raças ditas inferiores, desconstruindo a única imagem que se construía sobre os índios, africanos e afrodescendentes, ou seja, como coitadinhos, vítimas da dominação.

2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa pautamos nossos estudos sobre a corrente teórica pós-estruturalista, fundamentando-se principalmente em Michel Foucault, visando compreender as múltiplas relações de poderes desenvolvidas e advindas do contato entre a raça branca, negra e indígena constituintes da nossa diversidade sociocultural brasileira.

Contudo, utilizamos como metodologia a análise dos principais aportes teóricos concernentes à temática da diversidade sociocultural brasileira no ensino de História, permeando nossos estudos nas contribuições de Almeida (2009), Bittencourt (2013), Santos (2013) e Silva (2007), que destacaram considerações a respeito das leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam sobre a questão da inclusão no currículo do estudo da história indígena e africana e afrodescendente no Brasil.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em nossas pesquisas teóricas sobre a temática da diversidade sociocultural brasileira no ensino de História verificou-se que durante muito tempo no Brasil, principalmente no período da República, buscou-se escrever e ensinar uma história nacional baseada em padrões e conceitos eurocêntricos, de modo a desprezar a diversidade sociocultural pela qual constituía o país.

Na verdade objetivava-se construir uma identidade brasileira, no entanto, como explica a autora Lúcia Silva (2007), utilizando-se dos estudiosos (LIMA & HOCHMAN 1996, p. 26), alguns intelectuais que viveram na primeira república acusavam a presença da raça negra e mestiça como os fatores que impediam a formação desta identidade.

Contudo, segundo Silva (2007), esta fora uma barreira imediatamente derrubada pela elite de intelectuais desta época, que trataram de impregnar a sociedade brasileira de “padrões ocidentais”, fundamentalmente no início do século XIX, padrões estes que significavam naquele momento a imagem do progresso. Porém, utilizaram-se também da ciência para legitimar o discurso da raça “superior” sobre as “inferiores”, como descreve a autora amparada nas contribuições de (SKIDMORE, 1976, cap. 2):

O darwinismo social apresentava explicações a respeito de supostas diferenças entre grupos humanos. Ele nada mais era do que a adaptação da hipótese da evolução das espécies, dos mais aptos, os superiores, sobre os menos aptos, os inferiores, aplicada aos grupos

humanos para explicar as diferenças raciais; os negros estariam no último degrau da escala (SKIDMORE, 1976, cap. 2).⁴

Tomando este contexto histórico como base, observamos que a mentalidade do brasileiro, detém como base de sua história um discurso que aloca a raça branca como superior às outras raças, principalmente em relação às de origem negra e indígena, raças pelas quais foram descritas pela nossa historiografia, enquanto apêndices da raça branca colonizadora, isto é, estas só vieram a realizar história em sua relação com o ser histórico do colonizador, antes e após isso não se encontra relatos sobre esta maioria étnica-racial formadora do povo brasileiro, pois por muito tempo compartilhou-se a visão de Varnhagen de que os indígenas são “povos na infância, não há história: há só etnografia”⁵.

Segundo Almeida (2009, p. 27), a historiografia tratou muito pouco sobre a história indígena, tendo em vista que estes só “aparecem, grosso modo, como autores coadjuvantes, agindo sempre em função dos interesses alheios”, desprezando desta forma os fazeres e refazeres indígenas a respeito dos desígnios que esta colonização os impunha, isto é, menospreza-se as formas de resistência praticadas por estes povos.

Sobre esta mesma questão a autora Circe Bittencourt (2013), faz uma análise sobre a história indígena que é divulgada pelos programas escolares e livros didáticos, percebendo assim como Almeida (2009), a função de apêndice que é colocada sobre esta raça, denunciando que:

[...] Para a história escolar, em particular, programas curriculares e livros didáticos introduzem as populações indígenas ao abordarem a história do Brasil ou história da América na Idade Moderna. Os povos indígenas se inserem em tópicos da fase denominada Colonização,

⁴ SILVA (2007, p. 140)

⁵ apud ALMEIDA, 2009, p. 27.



sendo que nos períodos posteriores á constituição do Estado Nacional, desaparecem de cena⁶.

Enquanto, que o africano e afrodescendente são abordados somente durante período do tráfico negreiro e da escravidão. De certo modo, isto não nos causa estranheza, levando em consideração que a escola se constitui como o principal veículo divulgador da cultura elitista, que por sua vez, procura expor somente a grandeza de seus feitos, de suas conquistas, características do pensamento eurocêntrico pelos quais foram educados.

Contudo, os ideais elitistas vieram a ser feridos mediante á promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que modificaram o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (9.394/96), ambas surgiram a partir de uma série de movimentos sociais, e atuam justamente sobre a inclusão da diversidade sociocultural no ensino básico brasileiro, assim como mostra Lorene dos Santos (2013), a primeira lei supracitada surge para tornar obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira, enquanto que a segunda, para incluir o ensino de história indígena também como parte das obrigações das escolas da Educação Básica.

A promulgação desta legislação aponta para um avanço em direção ao reconhecimento de que o povo brasileiro é constituído da diversidade de raças, que por sua vez, deve ser respeitada através do conhecimento que se pautará sobre a mesma no âmbito escolar. De acordo com Santos (2013), a inclusão desta temática no currículo escolar se constitui como um meio de enfrentar as desigualdades sociais e raciais em nossa sociedade, de modo que:

Trata-se, em última instância, de apostar que os currículos escolares podem se constituir em veículos de enfrentamento das desigualdades sociais – e raciais – presentes em nossa sociedade, com potencialidade

⁶ BITTENCOURT, 2013, p. 101.

para alterar hierarquias, desestabilizar relações de poder, fomentar a reorganização de forças e contribuir para o questionamento de valores e certezas historicamente construídas⁷.

Entretanto, a aprovação de ambas as leis não significa que seus propósitos estejam sendo cumpridos, todavia, compreendemos que a teoria na maioria das vezes é diferente da prática, logo, Santos (2013) coloca que: “Existem infinitas mediações, diferentes motivações, apropriações, recontextualizações, enfim, a interferência de uma multiplicidade de fatores que geram aproximações e distanciamentos em relação ao que foi previsto e prescrito em lei ou no currículo formal⁸”.

Neste trecho, a autora supracitada busca chamar a atenção para o fato de que falar sobre a África, afro-brasileiros e indígenas não se faz suficiente, pois acaba se tornando um conteúdo vazio, pouco eficaz ao combate das desigualdades. Sobre este ponto de vista, Santos (2013) revela que a abordagem destes conteúdos deve ser inovadora, de modo a não se constituírem apenas como amostras do “exótico”, do diferente. Pois, “os estudos centrados exclusivamente em aspectos culturais estariam promovendo uma abordagem folclorizante, descontextualizada e espetacularizadora, ao tratar das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras⁹”.

Contudo defende-se que estes conteúdos sejam trabalhados a partir de seus contextos históricos, elevando não só pontos negativos mais também os positivos, de forma a levar em consideração os dois lados da moeda, ou seja, mostrar o indígena, africano e afrodescendente não só como coitadinhos vítimas da colonização, mais também tornar visível suas resistências, sejam elas declaradas ou ocultadas, pois como declarou Michel de Foucault (1987), “onde há poder, há resistência”, logo, é preciso

⁷ Ibidem, p. 59.

⁸ Ibidem, p. 60.

⁹ Ibidem, p. 74.



dotar o aluno de consciência crítica, revelando as construções arraigadas aos discursos colonizadores. Pois, de acordo com Louro (2010), Foucault (1987, p. 29):

[...] propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que ‘capilarmente’, se constitui por toda a sociedade. Para ele, o poder deveria ser concebido mais como ‘uma estratégia’; ele não seria, portanto, um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se ‘apropria’. Mais preocupado com os efeitos do poder, Foucault diz que seria importante que se percebesse esses efeitos como estando vinculados ‘a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos’¹⁰.

Almeida (2009) trabalha nesta mesma perspectiva, pois a mesma afirma que o indígena, também possuía intenções por trás da relação com os colonizadores e que não atuará somente na condição de aculturado e dominado, mas que apropriavam-se dos códigos lusitanos que lhes foram impostos pelos colonizadores, objetivando tirar proveito, vantagens da situação ao qual se encontravam, realizando assim uma espécie de resistência oculta, e sem uso da força, desta forma a autora em questão acaba por revelar a astúcia que detinha os indígenas.

A questão africana e afro-brasileira também deve ser analisada sobre estas perspectivas de ambiguidades, de apropriação, pois não podemos inseri-lo apenas como a mão-de-obra da nossa economia no passado, mas também como formador da sociedade brasileira. É preciso compreender que a escravidão não é a única característica que deve ser evidenciada sobre este povo, tendo em vista, que eles também formaram uma cultura afro-brasileira que consistiu, assim como os indígenas de adaptações aos códigos dos colonizadores, dos dominantes, cultura esta que demonstra a resistência africana perante o elemento branco.

Como reforço a esta discussão Silva (2007), afirma que:

¹⁰ LOURO, 2010, p. 38.

A articulação da disciplina História da África tem como objetivo dar ancestralidade aos grupos africanos que vieram para a América. Saber quem eram, o que faziam onde se localizavam, e focar suas contribuições nas relações sociais e de comércio desenvolvidas por Brasil e África¹¹.

Deste modo, a cultura afro-brasileira, africana e indígena se constituem também como uma forma de resgatar a identidade de grupos sociais que durante muito tempo foram silenciados pela história, lhes garantindo uma ancestralidade antes negada, discriminada. Reconhecimento pelo qual garante a igualdade étnico-sociocultural entre os brasileiros, que na maioria das vezes não se sentia representado pela cor branca, ou que, devido a constituição desta cultura branca tenha aprendido a se auto discriminar por pertencer a uma raça cujo sinônimo fora estabelecido como de inferioridade e que se assumir pertencente a mesma não melhoraria em nada a sua autoestima.

4. CONCLUSÃO

Portanto, em meio a esta discursão percebe-se a importância da inclusão da diversidade sociocultural estar legitimada em forma de lei em nosso currículo, haja vista, que torna-se ela o elemento diferenciador da cultura escolar que possuímos atualmente da que tínhamos em pleno século XIX, esta nos dar suporte para manter uma equidade entre as raças e suas culturas, menosprezando questões como superioridade e priorizando a diversidade como a formadora do multiculturalismo brasileiro, multiculturalismo que não evoca somente um povo ou uma determinada cultura, mas o conjunto que formam a mesma.

Deste modo, as pesquisas desenvolvidas sobre a temática da diversidade brasileira se torna muito importante, pois acabam por se constituir como elementos fortificadores desta luta em prol ao reconhecimento de que o nosso país não nasce de

¹¹ SILVA, 2007, p. 147.

uma raça superior branca, mas que se constitui da mistura de raças, isto é da diversidade. Reafirmando assim que o poderio da raça branca não passara de uma construção histórica que antecedeu o império ainda quando o Brasil era colônia. Construção ao qual deve ser desconstruída fundamentando-se na questão da nossa amada diversidade.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades Étnicas e Culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. P. 27-37.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Almicar Araujo; MONTEIRO. Ana Maria (org). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. P. 101-132.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. P. 37-56.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção á Lei 10.639/03. In: PEREIRA, Almicar Araujo; MONTEIRO. Ana Maria (org). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. P. 57-83.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Por uma história e cultura afro-brasileira e africana. In: CERRI, Luís Fernando (org). **Ensino de histórias e educação: olhares em convergência**. Ponta Grossa: UEPG, 2007. P. 139-151.